

**PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES**

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

EDITAL
CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2024

1. REGÊNCIA LEGAL:

Decreto Lei nº 200, de 25/02/1967; Lei Federal nº 8.078, 11/09/1990 (CDC); Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996; Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997; Lei Federal nº 9.537 de 11/12/1997; Lei Federal nº 9.784, de 29/01/1999 (Processo Administrativo); Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Federal nº 10.880, de 09/06/2004; Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007; Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009; Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção); Decreto Federal nº 7.507, de 27/06/2011; Decreto Federal nº 8.538, de 6/10/2015 (Tratamento Diferenciado MI, ME e EPP); Resolução CND/FNDE nº 44, de 25/10/2011; Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013; Resolução CD/FNDE nº 5, de 28/05/2015; Decreto Municipal nº 026, 23/10/2023 (ETP); Decreto Municipal nº 028, 23/10/2023 (Pesquisa de Preços); Decreto Municipal nº 032, de 23/10/2023 (Regulamenta a aplicação da lei federal nº 14.133); Decreto Municipal nº 003, 15/01/2024 (Tratamento diferenciado); Portaria Municipal nº 085, 01/02/2023 (Detalhamento de Rotas); Portaria Municipal nº 003, 22/04/2019 (Detalhamento de Rotas); Decreto Municipal Nº 011, 05/04/2024 (Serviços/Fornecimentos Contínuos); **Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta Nº 04/2019**; Recomendação Nº 17/2018 para o Município; Recomendação Nº 11/2015/MPF/PRM/VC1; Recomendações nº 04/2018 a 27/2018, vinculadas aos Inquérito Civil nº 1.14.009.000083/2017-62 e outros – Transporte Escolar, emitidas pela Procuradoria da República em Bom Jesus da Lapa2; Modelo de Recomendação, vinculada ao IPL 148/2017, ICP 1.14.001.000025/2015-47, ICP 1.14.001.000345/2015-05 e outros, disponibilizada pela Procuradoria da República em Ilhéus3; Orientação Técnica nº 07 da Rede de Controle da Gestão Pública4; e ainda nas normas informadas no Termo de Referência, demais legislações aplicáveis, e as exigências estabelecidas neste Edital.

2. ÓRGÃO INTERESSADO:

Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães/ Secretaria Municipal de Educação/ Conselho Municipal de Educação/ Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS/FUNDEB)

3. MODALIDADE/FORMA/Nº DE ORDEM:

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

4. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:

129/2024

5. TIPO DE LICITAÇÃO

INSTRUMENTO AUXILIAR

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

NÃO

7. LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇOS:

Os Serviços deverão ser executados no território do Município de Wenceslau Guimarães, na Zona Urbana e Rural, relacionados na Autorização de Serviço, conforme consta especificado no Edital e Anexos.

8. RESERVA DE QUOTA ME/EPP:

NÃO

9. EXCLUSIVA E/EPP:

NÃO

10. Valores de Referência para Elaboração da Proposta

Os valores estimados para contratação constam nos autos do Processo Administrativo nº 129/2024 foram obtidos através de planilha de custos elaborada pelo setor competente.

11. OBJETO

O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Pessoas Jurídicas, Microempreendedor Individual (MEI) e Pessoa Físicas, para a prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da zona urbana e rural da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024, em estradas vicinais pavimentadas, não pavimentadas, inclusive, as de difícil acesso, de acordo com as ROTAS, contemplando os critérios técnicos específicos, os pré-requisitos e valores fixados para a realização da prestação dos serviços, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Anexo I deste Edital – Termo de Referência

12. PRAZO DE VIGÊNCIA;

12 (DOZE) MESES.

13. LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL:

As informações necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo Agente de Contratação e sua equipe de apoio, diariamente, das 08h00min às 12h00min, na sala de licitação, situada a Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães/Ba. pedidos de **esclarecimento ou impugnações** referentes a cláusulas específicas deste edital deverão ser realizados em campo próprio do sistema licanet, para conhecimento dos demais licitantes.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

José Brito Cabral Neto
Portaria nº 001, de 02 de Janeiro de 2024.

¹http://mpeduc.mp.br/admin/projetos/maquinique_ba_2014/documentos/Recomendacao-11-2015-IC-531-2014-03-Prefeitura-Transporte-Escolar.pdf/view,

² <http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/rec-transporte-escolar-prm-bjl-18-09-2018.pdf>,

³http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/Recomendaotransporteescolarlicitacontratomunicipios_geraldefinitiva.pdf

⁴ <http://simupb.no-ip.org/owncloud/index.php/s/xrTNH6kdINzQtp7#pdfviewer>



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

Processo Administrativo nº 129/2024

O MUNICÍPIO DE WENCESLAU GUIMARÃES, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Otaviano Santos Lisboa, nº 135, por intermédio do Setor de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando CHAMAMENTO PÚBLICO, com utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 032/2024, 23 de outubro de 2023, demais legislações aplicáveis, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Período para Recepção de Propostas e Documentação:

As inscrições ficarão abertas do dia 06/09/2024 até o dia 31/12/2024, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal
Horário: 09h00min às 17h00min (Horário de Brasília)5
Local da Sessão:– Rua Otaviano Santos Lisboa, Bairro Centro, nº 135, Município de Wenceslau Guimarães-BA
LOCAL PARA OBTENÇÃO DA ÍNTEGRA DO EDITAL: <http://pmwenceslauguimaraesba.imprensaoficial.org/r>, Link - Acesso a Informação

1. DO OBJETO

1.1. É objeto do presente o credenciamento de Pessoas Jurídicas, Microempreendedor Individual (MEI) e Pessoa Físicas, para a prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da zona urbana e rural da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024, em estradas vicinais pavimentadas, não pavimentadas, inclusive, as de difícil acesso, de acordo com as ROTAS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL.

1.2. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto e Decreto de regulamentação 11.878/24, de 09 de Janeiro de 2024.

1.4. O presente credenciamento ficará aberto pelo prazo de até 31/12/2024, durante o qual os interessados poderão ser credenciados e consequentemente ser convidados a firmar o Termo de Contrato, nas oportunidades e quantidades que a Administração necessitar, observadas as condições fixadas neste Edital e as normas pertinentes, e também para



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

possíveis aditivos de inclusão de novas linhas, pois sempre surgem novas matrículas e transferências e para cadastro reservas.

1.5. A contratação será firmada por ato formal da autoridade administrativa competente, após o reconhecimento do cumprimento de todas as exigências estabelecidas, o que ensejará a subscrição do Termo de Contrato ao Credenciamento.

1.6. A prestação dos serviços será remunerada com base nos valores definidos nos Anexos deste Edital, ficando expressamente vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela de remuneração adotada.

1.7. É vedada a cessão ou transferência do Termo de Contrato, total ou parcial, bem como a subcontratação parcial do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O processo de credenciamento seguirá as seguintes etapas:

2.1.1. Inscrição;

2.1.2. Habilitação;

2.1.3. Classificação;

2.1.4. Homologação;

2.1.5. Convocação;

2.1.6. Assinatura do Termo de Contrato;

2.1.7. Publicação de Resumo do Termo de Contrato;

2.2. As três primeiras etapas correspondem ao processo de credenciamento, e as quatro etapas seguintes, à própria execução dos efeitos do credenciamento.

3. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

3.1. O processo de Credenciamento será conduzido pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação, voltada ao Transporte Escolar do Município de Wenceslau Guimarães/BA.

4. DO PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO

4.1. DA INSCRIÇÃO

4.1.1. O credenciamento poderá ser feito a qualquer tempo, desde que preenchidas as condições e atender a todas as exigências deste Edital;

4.1.2. O ato de inscrição para o processo de credenciamento se dará através de preenchimento de formulário disponibilizado no anexo II deste Edital e apresentação dos seguintes documentos:

4.2. DA HABILITAÇÃO

4.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cópia da Carteira de Identidade ou outro documento identificação do Responsável Legal da empresa e sócios quando for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Cópia do ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores:
 - c.1.) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e) No caso de cooperativa: apresentar modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação; ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- f) Decreto de Autorização, no caso de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- g) No caso da pessoa física: Cópia da Carteira de Identidade ou outro documento identificação do Responsável e Cópia do Comprovante de Residência.

4.2.2. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (disponível no link http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (disponível no link <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>), conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (disponível no link <http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos/certidoes-e-situacao-fiscal>).
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (disponível no link <https://consulta-crf.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FqeCfSCriteriosPesquisa.asp>);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (disponível no link <http://www.tst.jus.br/certidao>);
- e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Obs. Obter no Setor de Tributos do Domicílio do Licitante – pode ser apresentado o Alvará ou o Cadastro, ambos satisfazem a exigência)
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (disponível no link <http://sefaz.ba.gov.br/>, em Inspeção Eletrônica – Certidões – Emissão – Débito de Tributos);



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- g) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante; (Obs. Obter no Setor de Tributos do Domicílio do Licitante)
- h) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais e/ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i. caso o licitante seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- j) A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 14 de 23/04/2023 (Tratamento Diferenciado para MEI, ME e EPP na Administração Municipal).
- k) No caso da pessoa física, a mesma estará dispensada da apresentação do documento exigido no item letra “c”, qual seja a comprovação de regularidade com o FGTS.

4.2.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante (disponível no link <http://www5.tjba.jus.br/portal/certidoes-do-1o-grau/>);
- b) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- c) $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- d) $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e
- e) $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
- f) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- g) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).
- h) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º).
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- j) O Microempreendedor Individual – MEI, ou empresário individual, nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar 123/06 e do parágrafo 2º do art. 1.179 do Código Civil - Lei nº 10.406/02, não está obrigado a apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- k) No caso de licitação para locação de materiais ou para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.
- l) No caso da pessoa física, a mesma também estará dispensada da apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis.
- m) No caso da pessoa física, a qualificação econômico-financeira será demonstrada pela certidão de ações cíveis, expedida no foro do domicílio da pessoa física. No caso, da pessoa física ser domiciliada no Estado da Bahia, poderá a certidão ser obtida no site do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no link <http://www5.tjba.jus.br/portal/certidoes-do-1o-grau/>.

4.2.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) comprovando a posse do veículo ou impresso da internet em plena validade ou ainda o comprovante do pagamento do licenciamento atual;
- c) Declaração de disponibilidade de veículo(s) e condutor(es) necessário(s) à execução do objeto e de atendimento as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) e nos normativos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.
- d) Para a Pessoa Física e para o Microempresário Individual poderá ser apresentado declarações emitidas por empresas para os quais o prestador tenha executado o serviço como pessoa terceirizada. Esta declaração deverá ter firma reconhecida e poderá ser diligenciada a sua veracidade pelo pregoeiro.
- e) Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:
- f) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
- g) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;
- h) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- i) O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
- j) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- e
- k) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

4.2.5. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital;
- b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme modelo anexo a este Edital;
- c) Declaração de Inexistência de Servidor Público, conforme modelo anexo a este Edital.
- d) Declaração de que não é Servidor Público, conforme modelo anexo a este Edital.
- e) Declaração de que os veículos e condutores colocados à disposição dos serviços contratados deverão atender a todas as exigências da Legislação e regulamentos de trânsito atuais e que venham ser exigidas pelos órgãos normatizadores, principalmente as que tratam especificamente sobre Transporte de Escolares.

4.3. DO NÃO CREDENCIAMENTO e forma de ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

4.3.1. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às exigências deste Edital.

4.3.2. O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

4.3.3. Toda documentação exigida nesse Edital poderá ser apresentada em original, ou cópia autenticada pela Equipe de Apoio ou servidor designado por esta.

4.3.4. Os licitantes interessados deverão preencher todos os itens do formulário, podendo credenciar-se nos serviços junto à Comissão Especial de Credenciamento do Município de Wenceslau Guimaraes/BA, devendo explicitar sua(s) opção(ões) no ato de inscrição.

4.3.5. O formulário preenchido e demais documentos previstos no item 4.2 deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimaraes/BA, das 08:00h as 14:00h, no endereço na Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães/BA. O edital permanecerá aberto até 31/12/2024, para possíveis aditivos de inclusão de novas linhas ou alteração de rotas, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, cuja parte externa deverá constar a seguinte descrição:

NOME DO LICITANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

4.3.6. As pessoas interessadas receberão comprovante de inscrição identificando o nome, CPF e RG, devidamente datado e assinado por servidor designado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

4.3.7. Não poderá ser habilitada, a pessoa que deixar de apresentar documentação prevista no item 4.2, ou deixar de prestar informações complementares solicitadas durante o processo de credenciamento pela Equipe de Apoio, mediante comunicação indicado no formulário de inscrição.

4.3.8. A Equipe de Apoio devolverá a documentação aos interessados que tiverem suas inscrições indeferidas.

4.3.9. A Equipe de Apoio concluirá pela habilitação das interessadas, mediante parecer circunstanciado e individualizado por pretendente, que cumprirem as exigências do item 4.2;

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A Equipe de Apoio, após análise da documentação dos participantes, e verificada sua regularidade credenciará a empresa/pessoa física que se credenciou primeiro:

5.2. Após Credenciar as empresas o resultado será disponibilizado no Diário Oficial do Município site: Diário Oficial do Município de Wenceslau Guimarães

5.3. A relação numerada dos credenciados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro classificado com base nos critérios supra.

5.4. Aqueles que forem credenciados após o prazo inicial de envio de documentos previsto neste edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida classificação do item 4.4.1.

5.5. Havendo descredenciamento, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

5.6. Em cada retirada para a definição da sequência, deverá ser mostrado e lido em voz alta o nome do credenciado sorteado a todos os presentes, sendo registrado em ata pela Equipe de Apoio.

5.7. A Equipe de Apoio avaliará os casos omissos, considerando sempre o interesse público.

5.8. É assegurada a rotatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado, inclusive entre os que já estão credenciados.

5.9. A rotatividade ocorrerá a cada finalização do período letivo, chamando o próximo colocado, referente classificação do item 4.4.1.

5.10. A Equipe de Apoio observada a periodicidade máxima de até 31/12/2024 e complementar e publicará novas listas, nas quais constarão as novas pessoas credenciadas que tenham sido classificadas, obedecendo-se à rotatividade necessária para prestação dos serviços.

5.11. DA CONVOCAÇÃO

5.11.1. A convocação dar-se-á de acordo com as necessidades, metas planejadas e programadas e a disponibilidade financeira e orçamentária;

5.11.2. A Equipe de Apoio convocará o credenciado para a prestação do serviço, obedecida rigorosamente a ordem de classificação;

5.11.3. O convocado deverá assinar o Termo de Contrato, que lhe será encaminhando pela Equipe de Apoio, no prazo de 72 (setenta e duas) horas da data de recebimento deste.

5.11.4. A convocada que não comparecer para assinatura do Termo de Contrato, no prazo estipulado, decairá do direito de prestar o serviço e, independentemente de notificação, deverá prestar esclarecimentos pertinentes no prazo de 72



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

(setenta e duas) horas após findo o prazo de Adesão, estando sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive com descredenciamento.

5.11.5. Caso a convocada não apresente a documentação exigida para assinatura do Termo de Contrato, será convocada a próxima credenciada da lista, respeitada a ordem de classificação.

5.11.6. A execução dos serviços somente será autorizada após a publicação do extrato do Termo de Contrato, em conformidade com suas cláusulas.

5.12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

5.12.1. Cumprido todos os prazos de recurso, a autoridade superior adjudicará o objeto à licitante seguindo a ordem de classificação e homologando todo o processo.

5.12.2. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado à licitante seguindo a ordem de classificação, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

5.12.3. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação, não implicará direito à contratação.

5.13. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

5.13.1. A avaliação do desempenho do profissional prestador de serviços será procedida pela Comissão de Especial de Credenciamento mediante análise dos dados do Termo de Recebimento, bem como eventuais denúncias advindas do controle social.

5.13.2. O índice de avaliação do profissional prestador de serviços, será de 00 à 100% (de zero a cem por cento), estando apta a continuar credenciado aquele que atingir, no parecer técnico emitido, mínimo de 60% (sessenta por cento).

5.13.3. A reprovação na avaliação de desempenho, observado o contraditório e a ampla defesa, poderá ensejar a aplicação de sanção administrativa nos termos nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.14. A avaliação de desempenho observará os seguintes critérios:

- a) Pontualidade na execução do serviço;
- b) Qualidade do serviço prestado ou do bem fornecido;
- c) Urbanidade na relação com os prepostos da Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães/BA e suas secretarias e os beneficiários diretos da prestação do serviço;
- d) Cumprimento integral das cláusulas do Termo de Contrato;
- e) Respeito aos princípios constitucionais, em especial moralidade, boa-fé e transparência;
- f) Qualidade das informações prestadas à Administração relativas ao objeto do Termo de Contrato.

6. RECURSOS

6.1. Das decisões da Equipe de Apoio ou de elaboração da lista dos credenciados, caberá recurso a ser interposto, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da sessão pública e da lavratura da ata, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual deverá ser protocolado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães, situada na Rua



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães/BA, ou encaminhadas para o e-mail: cplwenceslau2021@gmail.com.

6.2. Recebido o recurso, a Equipe de Apoio, no prazo de 03 (três) dias úteis, procederá à instrução deste com os documentos e informações necessários, procedendo ao juízo prévio de retratação, se for o caso.

6.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. As condições de pagamento serão previstas no Termo de Contrato, considerando as especificidades da prestação do serviço ou fornecimento de bens, a duração e o custo previsto para este, ressaltando sempre o interesse público e o equilíbrio financeiro do Termo de Contrato, conforme as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

8. DA RESCISÃO

8.1. A inexecução do Termo de Contrato, total ou parcial, ensejará a sua rescisão, extinção e demais as consequências previstas no termo, art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados no arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2.1. A rescisão do Termo de Contrato implicará o descredenciamento.

8.3. A prestadora poderá rescindir administrativamente sua inscrição no credenciamento, desde que comunique expressamente esta intenção com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

8.4. A rescisão do ajuste, poderá ser solicitado a qualquer tempo, pelo credenciado, mediante notificação à Administração, com antecedência de 05 dias;

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. Constituem hipóteses de descredenciamento:

I – Incidir em uma das hipóteses previstas nos itens 10.1 a 10.2 deste Edital;

II – Deixar o credenciado de apresentar as atualizações dos documentos solicitados;

III – Recusar-se o credenciado, quando convocado, a assinar o Termo de Contrato;

IV – Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontem princípios constitucionais;

IV – Obter nota inferior a 60% (sessenta por cento) na avaliação de desempenho;

V – Superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;

VI - Desatendimento as determinações regulares da Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimaraes/BA, destinadas a regulamentação e desenvolvimento dos serviços profissionais credenciados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

VII - Os casos de descredenciamentos serão formalmente motivados, assegurando-se o direito ao contraditório, e ampla defesa.

DO CONTRATO

9.2. O Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.3. A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

9.4. A prestação dos serviços deverá ser realizada nas unidades, agências e/ou plataformas eletrônicas de operações, das instituições credenciadas.

9.5. A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo II deste Edital.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO.

10.1. As obrigações do Credenciado são as constantes no Anexo I – Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

11.1. As obrigações do Credenciante são as constantes no Anexo I – Termo de Referência.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães/BA poderá prorrogar, adiar, revogar ou anular o presente Edital, na forma da Lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

12.2. A qualquer tempo, antes da data de abertura do credenciamento, poderá a Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães/BA, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das inscrições propostas.

12.3. É facultada à Comissão promover, a qualquer tempo, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de processos.

12.4. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento mediante ato motivado da Comissão.

12.5. Poderá a autoridade competente, a qualquer tempo, excluir credenciado, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à habilitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

12.6. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto deste credenciamento poderão ser prestados no local de entrega dos documentos no endereço na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães, situada na Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães/BA ou encaminhadas para o e-mail: cplwenceslau2021@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

12.7. O Credenciamento terá vigência até 31/12/2024, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação atinente à matéria.

12.8. A revisão ou reajustamento dos preços só ocorrerá mediante alterações dos preços dos anexos integrantes do presente credenciamento, considerando o interesse da Administração, justo preço do mercado e nas hipóteses de força maior e caso fortuito, sempre precedidos dos estudos técnicos para cada serviço.

12.9. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Wenceslau Guimarães/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.10. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Licitação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. ANEXOS DO EDITAL.

13.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO PESSOA JURIDICA;

ANEXO III: MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO PESSOA FÍSICA

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS PESSOA JURIDICA;

ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS PESSOA FISICA;

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÕES DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PESSOA JURIDICA;

ANEXO VII: MODELO DE DECLARAÇÕES DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PESSOA FISICA;

ANEXO VIII: MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PESSOA JURÍDICA;

ANEXO IX: MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PESSOA FISICA;

ANEXO X: MINUTA CONTRATO.

Wenceslau Guimarães/BA, 20 de agosto de 2024.

Marcos Antônio Bomfim Pereira
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES
CNPJ nº 13.758.842/0001-59
Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
CHAMAMENTO PÚBLICO - TRANSPORTE ESCOLAR
Processo Administrativo nº 129/2024
Edital de Credenciamento nº 001/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO: É o estabelecimento das condições e especificações para credenciamento de Pessoas Jurídicas, Microempreendedor Individual (MEI) e Pessoa Físicas, para a prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da zona urbana e rural da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024, a ser realizado com VANS, em estradas vicinais pavimentadas, não pavimentadas, inclusive, as de difícil acesso, de acordo com as ROTAS, referente ao exercício de 2024, conforme especificações do ANEXO I, Conforme condições, quantidades e exigências deste instrumento:

COD. SETOR	COD. ROTA	DESCRIÇÃO DO ITINERÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR	CONDIÇÃO DA VIA	TURNO	HORÁRIOS ESTIMADOS	QUANT. DE ALUNO	TIPO DE VEÍCULO	DISTÂNCIA DIA (km)			VALOR TOTAL (R\$)		
								IDA	VOLTA	TOTAL	DIA	MÊS	ANO
SETOR 2 - Cocão e adjacência													
2	13	IDA: P40 (Serraria) chegada P10 (Escola Municipal PA Resistente) Inverso: Embarque P10 e desembarque P40.	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Matutino	IDA: saída do P40 - 06:00hs chegando no P10 06:15hs. VOLTA: saída do P40 - 13:00hs e chegada P10- 13:15hs	12	Van Media	6	6	12	R\$ 100,32	R\$ 2.207,03	R\$ 26.484,35
2	13	IDA: P40 (Serraria) chegada P10 (Escola Municipal PA Resistente) Inverso: Embarque P10 e desembarque P40.	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Vespertino	IDA: saída do P40 - 12:40hs chegando no P10 13:00hs. VOLTA: saída do P40 - 17:00hs e chegada P10- 13:20hs	12	Van Media	6	6	12	R\$ 100,32	R\$ 2.207,03	R\$ 26.484,35

**PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES**

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

SETOR 4 - Novo Horizonte e Rio Vermelho

4	25	IDA: Embarque no P36 (Piabanha, município de Jaguaquara), chegada no P34 (Escola Municipal P. A. Novo Horizonte, Povoado do Novo Horizonte). VOLTA: Percurso inverso - embarque no P34 e desembarque no P36.	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Vespertino	IDA: saída do P36- 12:30hs ,chegando no P 34 13:00hs. VOLTA: saída do P34 - 17:00hs e chegada P36- 17:30hs .	7	VAN pequena	6	6	12	R\$ 67,60	R\$ 1.487,26	R\$ 17.847,15
4	25	IDA: Embarque no P36 (Piabanha, município de Jaguaquara), chegada no P34 (Escola Municipal P. A. Novo Horizonte, Povoado do Novo Horizonte). VOLTA: Percurso inverso - embarque no P34 e desembarque no P36.	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Noturno	IDA: saída do P36 - 18:30hs ,chegando no P 34 19:00hs. VOLTA: saída do P 34 - 21:30hs e chegada P38- 22:00hs .	9	VAN pequena	6	6	12	R\$ 67,60	R\$ 1.487,26	R\$ 17.847,15

SETOR 8 - Nova Esperança, Daramão e Imbirussu

8	75	IDA: Embarque no P112 (Rogerinho), parada no P65 (Esc. Mun. Vicente J. S.), passando pelo PA Chico Mendes, chegada no P41 (Esc. Mun. Caminho da Boa Esperança, Povoado de Nova Esperança).	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Vespertino	IDA: saída do P112 - 18:00hs, parada 1 no P65 , chegando no P41 - 18:50hs. VOLTA: saída do P41 - 10:00hs e chegada P112 - 10:50hs .	15	VAN média	20,0	20,0	40,0	R\$ 146,27	R\$ 3.218,01	R\$ 38.616,15
8	75	IDA: Embarque no P112 (Rogerinho), parada no P65 (Esc. Mun. Vicente J. S.), passando pelo PA Chico Mendes, chegada no P41 (Esc. Mun. Caminho da Boa Esperança, Povoado de Nova Esperança).	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Noturno	IDA: saída do P112 - 11:40hs, parada 1 no P65 , chegando no P41 - 12:50hs. VOLTA: saída do P41 - 17:00hs e chegada P112 - 17:50hs .	15	VAN média	20,0	20,0	40,0	R\$ 146,27	R\$ 3.218,01	R\$ 38.616,15

**PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES**

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

SETOR 12 - Zeca Silva, Severo e Sede Municipal

12	56	IDA: Embarque no P89 (Zeca Silva, município de Nilo Peçanha), parada I no P90 (Almerindo, município de Nilo Peçanha), chegada no P73 (Praça Nair Lopes, Centro, Wenceslau Guimarães). VOLTA: Percurso inverso - embarque no P73 e desembarque no P89.	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Vespertino	IDA: saída do P89 - 12:10hs, parada P90, chegando no P73 - 13:00hs. VOLTA: saída do P73 - 11:30hs e chegada P89 - 12:10hs	13	VAN MEDIA	12	12	24	R\$ 120,01	R\$ 2.640,31	R\$ 31.683,70
12	56	IDA: Embarque no P89 (Zeca Silva, município de Nilo Peçanha), parada I no P90 (Almerindo, município de Nilo Peçanha), chegada no P73 (Praça Nair Lopes, Centro, Wenceslau Guimarães). VOLTA: Percurso inverso - embarque no P73 e desembarque no P89.	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Noturno	IDA: saída do P89 - 12:10hs, chegando no P73- 13:00hs. VOLTA: saída do P73 - 17:40hs e chegada P89 - 18:10hs .	14	VAN MEDIA	12	12	24	R\$ 120,01	R\$ 2.640,31	R\$ 31.683,70
12	58	IDA: Embarque no P91 (Campo de Severo, Município de Nilo Peçanha), chegada no P73 (Praça Nair Lopes, Centro, Wenceslau Guimarães). VOLTA: Percurso inverso - embarque no P73 e desembarque no P91.	Estrada vicinal de terra. Fácil acesso.	Matutino	IDA: saída do P91- 06:30hs, chegando no P73 - 07:20hs. VOLTA: saída do P73 - 12:00hs e chegada P91 - 13:00hs .	15	VAN MEDIA	16	16	32	R\$ 133,14	R\$ 2.929,16	R\$ 35.149,92
TOTAL												R\$ 22.034,38	R\$ 229.262,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- 1.1. O Custo Estimado da prestação de serviços: R\$ 229.262,70 (duzentos e vinte e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas acima.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados do dia da divulgação do edital, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Da Fundamentação:

2.1.1 Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 (Tratamento Diferenciado MI, ME e EPP) e ainda das seguintes normas:

- a) Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967;
- b) Lei Federal nº 8.078, 11/09/1990 (CDC);
- c) Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996;
- d) Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997;
- e) Lei Federal nº 9.537 de 11/12/1997;
- f) Lei Federal nº 9.784, de 29/01/1999 (Processo Administrativo);
- g) Lei Complementar nº 101, de 04/05/ 2000;
- h) Lei Federal nº 10.880, de 09/06/2004;
- i) Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007;
- j) Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009;
- k) Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção);
- l) Decreto Federal nº 7.507, de 27/06/2011;
- m) Decreto Federal nº 8.538, de 6/10/2015 (Tratamento Diferenciado MI, ME e EPP);
- n) **Resolução CND/FNDE nº 44, de 25/10/2011;**
- o) **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013;**
- p) **Resolução CD/FNDE nº 5, de 28/05/2015;**
- q) Decreto Municipal nº 026, 23/10/2023 (ETP);
- r) Decreto Municipal nº 028, 23/10/2023 (Pesquisa de Preços);
- s) Decreto Municipal nº 012, 23/04/2023 (Aplicação da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26/05/2017);
- t) Decreto Municipal nº 032, de 23/10/2023 (Regulamenta a aplicação da lei federal nº 14.133);
- u) Decreto Municipal nº 011, 04/05/2018 (Processo Administrativo Sancionador);
- v) Decreto Municipal nº 003, 15/01/2024 (Tratamento diferenciado), e.
- w) Portaria Municipal nº 085, 01/02/2023 (Detalhamento de Rotas);
- x) Portaria Municipal nº 003, 22/04/2019 (Detalhamento de Rotas);
- y) Decreto Municipal N° 011, 05/04/2024 (Serviços/Fornecimentos Contínuos)
- z) demais alterações posteriores de toda a legislação referida.

2.1.2 Para sua elaboração foram consideradas as recomendações do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Estado da Bahia e ainda a Orientação Técnica da Rede de Controle da Gestão Pública, obtidas na Rede Mundial de Computadores:

- a) **Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta Nº 04/2019;**
- b) Recomendação Nº 17/2018 para o Município;
- c) Recomendação Nº 11/2015/MPF/PRM/VC⁶;
- d) Recomendações nº 04/2018 a 27/2018, vinculadas aos Inquérito Civil nº 1.14.009.000083/2017-62 e outros –

⁶http://mpeduc.mp.br/admin/projetos/maiquinique_ba_2014/documentos/Recomendacao-11-2015-IC-531-2014-03-Prefeitura-Transporte-Escolar.pdf/view.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

Transporte Escolar, emitidas pela Procuradoria da República em Bom Jesus da Lapa⁷

e) Modelo de Recomendação, vinculada ao IPL 148/2017, ICP 1.14.001.000025/2015-47, ICP 1.14.001.000345/2015-05 e outros, disponibilizada pela Procuradoria da República em Ilhéus⁸;

f) Orientação Técnica nº 07 da Rede de Controle da Gestão Pública⁹;

2.2. Da Justificativa do serviço solicitado:

A Constituição Federal estabelece que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (art. 205, Constituição Federal), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (art. 208, inciso I, Constituição Federal).

A contratação de serviços de transporte escolar se faz necessário, no Município de Wenceslau Guimarães, em virtude de não haver no Município frota própria suficiente para a execução direta dos referidos serviços, além do que não há disponível transporte coletivo para os estudantes da zona rural deslocarem-se para zona urbana e retornarem às suas residências.

A execução dos serviços de transporte escolar, para atender aos alunos da Rede Municipal de Ensino deste Município possui fundamento legal na regra prevista no inciso VI do art. 11 da Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei Federal nº. 10.709, de 31 de julho de 2003 e art. 3º da mesma Lei, segundo a qual constitui incumbência do Município “assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal”, devendo articular-se com o Estado, para prover o transporte de escolares da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

2.3. Da Justificativa de estimativa de preço:

Os preços foram estimados com base em planilhas de custos individuais por rota, a equipe técnica levou em consideração os custos fixos e variáveis para realização da prestação de serviços de transporte escolar e estimar o valor dia/mês de cada rota, conforme consta nos autos do processo.

2.4 Da Escolha do CREDENCIAMENTO:

2.4.1 Ocorre que, no presente caso, os pretensos prestadores são pessoas de baixa renda e, em regra domiciliados e estabelecidos, na zona rural do Município, onde o acesso à tecnologia da informação e internet é deficiente ou inexistente, conforme sondagem realizada na fase de elaboração deste Termo de Referência. O **Credenciamento** permite que todos os interessados que preencham os requisitos mínimos estabelecidos no edital sejam habilitados para prestar o serviço. Essa modalidade se mostra mais flexível e vantajosa no contexto de transporte escolar, visto que possibilita a contratação de diversos prestadores de serviço, facilitando o atendimento das demandas em áreas geograficamente dispersas, como a zona rural. O credenciamento permite também uma maior continuidade no serviço, já que, mesmo que algum contratado precise se desligar, novos interessados

⁷ <http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/rec-transporte-escolar-prm-bjl-18-09-2018.pdf>.

⁸ http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/Recomendaotransporteescolarlicitaocontratomunicipios_geraldefinitiva.pdf

⁹ <http://simupb.no-ip.org/owncloud/index.php/s/xrTNH6kdINzQt7#pdfviewer>



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

podem ser incluídos no rol de prestadores, garantindo a continuidade do transporte sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório completo.

2.4.2 No presente caso, a natureza comum dos serviços a serem contratados pela Administração autoriza da realização da licitação através da modalidade de **CREDENCIAMENTO, via CHAMAMENTO PÚBLICO**, conforme art. 79, caput, da Lei nº 14.133/21, c/c o Anexo I, inc. IV, e o item 03 do Anexo VII-B da IN MPOG nº 05/2017.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Wenceslau Guimaraes/BA, para exercício de 2024, na classificação abaixo:

Unidade: 0707 – Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2013 – Gestão do Serviço de Transporte Escolar – Educação Básica

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Pessoa Jurídica/3.3.90.36.00 – Outros Serviços Pessoa

Fontes:15001001/15500000/15760000/15530000/15400000.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

4.3. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), relatórios etc.

5. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços, objeto deste Termo, deverão ser prestados na zona rural e urbana do Município de Wenceslau Guimarães/BA, em conformidade com as especificidade de cada rota descrito no termo de referência.

5.2. Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.

5.3. A solicitação de credenciamento será feita presencialmente, no Departamento de Licitações e Contratos, na sede desta prefeitura, situada na Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães/BA ou encaminhadas para o e-mail: cplwenceslau2021@gmail.com e permanecendo aberta até 31/12/2024.

5.4. O prazo de vigência dos contratos celebrados por meio deste edital de credenciamento poderá variar de acordo a necessidade e cronograma da secretaria solicitante.

6. DOS VEÍCULOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- 6.1. Os veículos deverão estar em bom estado de conservação e atender aos seguintes requisitos:
- a) Exigir -se -á que os veículos destinados ao transporte escolar estejam em condições adequadas e seguras, conforme a legislação de trânsito, observando -se como parâmetro o previsto no Guia de Transporte Escolar do FNDE;
 - b) Assento para os alunos com cinto de segurança;
 - c) Extintor de incêndio devidamente carregado, de acordo com o INMETRO;
 - d) Kit de socorro (macaco, chaves, triângulo e pneus suporte);
 - e) Documentos exigidos pelo DETRAN devidamente regularizados, estando em dia com as obrigações, como: IPVA, DPVAT, licenciamento e vistorias.
 - f) O veículo deverá ser automotor do tipo AUTOMÓVEL VAN com capacidade mínima de 11 (onze) passageiros, em bom estado de conservação Inspeccionado pelo órgão responsável da Coordenação de Transporte da Secretaria de Educação de Wenceslau Guimarães/BA;
- 6.2. Os veículos deverão passar por uma vistoria feita pelo DETRAN ou pela Coordenação de Transporte da Secretaria de Educação, antes do início do contrato e a cada 06 (seis) meses após o início da prestação de serviço.
- 6.3. O veículo não poderá transportar qualquer tipo de mercadoria e/ou outros passageiros quando a serviço no horário de transporte dos alunos.
- 6.4. Quaisquer despesas com a recuperação dos veículos contratados serão da inteira responsabilidade da contratada.
- 6.5. A contratada fica na responsabilidade de substituí-lo por outro, em iguais condições do veículo licitado, imediatamente após algum problema mecânico ou outro apresentado pelo veículo, a fim de que os alunos não sejam prejudicados.
- 6.6. O uso do gás de cozinha como combustível nos veículos contratados para o transporte escolar sujeitará a suspensão do contrato, configurando uma conduta vedada.
- 6.7. Não é permitido o uso de adesivo político-partidário nos veículos contratados, devendo, contudo, usar o adesivo da empresa contratada com os símbolos do Município e da Empresa contratada e, nº do telefone de contato da empresa gestora do contrato.
- 6.8. Os veículos objeto da locação deverão se apresentar pontualmente para o início do transporte dos alunos, nos horários determinados pela Secretaria de Educação, em cada um dos turnos, quando deverão estar limpos e abastecidos.
- 6.9. Todos os veículos deverão conter placa indicativa estampada nos para-brisas informando de forma legível cada um de seus respectivos itinerários.

7. DO MOTORISTA

- 7.1. O motorista deve ser devidamente habilitado na categoria D.
- 7.2. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente durante os doze últimos meses (de acordo com o parágrafo único do artigo 145, incluído pela Lei Federal nº 12.619/12, devendo apresentar uma declaração de inexistência de pontuação na CNH ou na CIR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- 7.3. Ser portador de boa conduta e idoneidade moral. (Certidão de Antecedentes Criminais);
- 7.4. Os motoristas deverão se apresentar para a execução do serviço trajando: Calça, camisa/camiseta de cores neutras sem estampa ou qualquer tipo de propaganda, sapato/tênis e crachá de identificação.
- 7.5. Não ingerir bebidas alcoólicas em serviço.
- 7.6. Ter idade superior a 21 anos (CTB, Art. 38, I)

8. DO ALUNO:

- 8.1. Terá acesso ao Transporte Escolar Municipal o aluno matriculado na Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, desde que na sua localidade ou nas proximidades de sua residência não exista escola que ofereça esses níveis de ensino e, os alunos das redes escolares conveniadas com o Município.
- 8.2. Só terá direito ao Transporte Escolar Municipal o aluno da zona rural cuja residência fique a uma distância mínima de 02 (dois) km da escola.
- 8.3. Não será permitido ao aluno transportar qualquer material que não seja de uso escolar.
- 8.4. Fica terminantemente proibido o consumo de bebidas alcoólicas e outros entorpecentes pelo aluno durante o trajeto de sua residência à escola, bem como no tempo determinado para o retorno, devendo, o transportador, de imediato, informar à direção da escola onde o aluno estuda.
- 8.5. O aluno que tiver comportamento indevido durante o percurso perderá direito ao transporte escolar, sempre, precedido das providências legais e preliminares para a constatação da falta.

9. DO HORÁRIO

- 9.1. É imprescindível que o aluno esteja no horário e local determinado de passagem do veículo.
- 9.2. A chegada do aluno à escola deverá ser de 10 minutos antes do horário previsto para o início das aulas.
- 9.3. das aulas. 11.3. O retorno do veículo será de 10 minutos após o término da última aula.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. Toda manutenção dos veículos e suas respectivas despesas serão de responsabilidade da contratada, incluído o condutor e o combustível;
- 10.2. Cada veículo deverá receber manutenção corretiva ou preventiva regularmente, ficando o contratante isento de quaisquer despesas inerentes aos reparos;
- 10.3. Os condutores deverão estar devidamente habilitados pelo órgão de classe (DETRAN), com categoria compatível com o tipo de veículo;
- 10.4. O contratado deverá manter os veículos devidamente revisados e com bom aspecto de limpeza e higiene, nas partes internas e externas, munidos de todos os acessórios exigidos pelo Código Nacional de Trânsito;
- 10.5. Manter em cada veículo permanentemente a documentação respectiva, devidamente legalizada, a partir do início da sua contratação;
- 10.6. Só serão autorizados pela SECRETARIA ao transporte Escolar, os veículos que estiverem credenciados junto ao Município de Wenceslau Guimarães/BA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- 10.7. Os veículos que forem contratados para os referidos transportes terão que abrir letreiros de identificação de acordo com as orientações da Coordenação de Transporte Escolar.
- 10.8. Deverá apresentar todas as comprovações de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- 10.9. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, quando necessário, em conformidade com a proposta apresentada;
- 10.10. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.11. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
- 10.12. Responsabilizar -se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.14. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.15. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:
- 10.16. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 10.17. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada e/ou contrato de prestação de serviço contendo todas as informações necessárias a contratação, deveres e direitos, devidamente assinada pelas partes;
- 10.18. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 10.19. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- 10.20. No caso de sociedade cooperativa, deverão ser entregues a ficha de matrícula do cooperado, cópia de documentos, termo de corresponsabilidade do sócio cooperado, termo de subscrição da quota parte, declaração de livre associação e declaração de contribuição individual autônomo;
- 10.21. A contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, todas as certidões fiscais e trabalhistas;
- 10.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.23. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- 10.24. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- 10.25. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 10.26. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;
- 10.27. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração, além das previstas no Termo de referência;
- 10.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

10.30. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

10.30.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.30.2. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.31. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.32. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.

10.33. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.34. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.35. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento;

10.37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.38. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do credenciamento, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei Federal nº 14.133/21.

10.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.40. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- 10.41. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.42. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.43. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.44. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.45. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 10.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.47. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 11.1. Lei Federal nº 14.133/2021 determina que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, o que, no caso do serviço de transporte escolar, indica a necessidade de adoção do critério por item;
- 11.2. O critério de julgamento será averiguado por ordem de credenciamento, aqueles que se credenciarem primeiro e atenderem aos critérios do edital, terá seu contrato efetivado.
- 11.3. Os demais credenciados ficarão no cadastro de reserva.
- 11.4. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala” (art. 40, §3º, da Lei 14.133/21), o que, no caso do serviço de transporte escolar, impõe o critério de julgamento por item (rota), nos termos da Súmula 247 do TCU, que diz:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” Acórdão 262/2010 Plenário (Voto do Ministro Relator)

11.5. Em face disso, inclusive especificamente recomendado pelo Ministério Público Federal e Orientado pela Rede de Controle da Gestão Pública, é que opta a Administração em realizar a licitação dos serviços mediante a adoção do critério de julgamento e adjudicação por itens (rotas).

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE

12.1. À Prefeitura de Wenceslau Guimaraes/BA, é facultado o direito de a qualquer momento, de acordo a necessidade, dispensar ou acrescentar veículos dentro dos limites estabelecidos pela lei de licitações e contratos, sem que para isso caiba qualquer reclamação, indenização ou pedido de reajustamento de preços, por parte do contratado.

12.2. As multas de trânsito aplicadas aos veículos por negligências no trânsito serão de responsabilidade dos seus proprietários.

12.3. A Prefeitura Wenceslau Guimaraes/BA, não se responsabilizará pelo pagamento das horas/dias em que os veículos permanecerem parados, devido à inoperância dos mesmos, salvo se houver substituições desses, que não afetem a continuidade dos serviços.

12.4. O contratado deverá substituir imediatamente os veículos que não tenham condições de operação.

12.5. A Prefeitura de Wenceslau Guimaraes/BA, poderá intervir em qualquer fase dos serviços, de forma direta, para suprir eventuais deficiências técnicas do contratado, de forma a ficar assegurado o normal andamento dos trabalhos, sem ficar caracterizado qualquer ingerência da contratante.

12.6. A Prefeitura de Wenceslau Guimaraes/BA, manterá permanente fiscalização, no que concerne ao fiel cumprimento de todas as condições estipuladas neste credenciamento e no contrato.

12.7. É de responsabilidade do contratado/proprietários dos veículos todos os prejuízos ou danos causados por acidentes, inclusive a terceiros, pelos veículos locados para os transportes escolares.

12.8. Os percursos dos veículos serão os estabelecidos na planilha do Termo de Referência, conforme georreferenciamento, os quais poderão sofrer alterações no decorrer do contrato em razão de mudança de rota ou de se ter detectado falhas na medição inicial, podendo, portanto, o contrato com o transportador ser alterado para mais ou para menos, de acordo com a situação detectada.

12.9. O horário de atuação dos veículos será determinado pela Secretaria de Educação.

12.10. Os roteiros a serem executados diariamente em cada um dos turnos serão os constantes nas especificações do Termo de Referência no Edital, contando -se a quilometragem percorrida do local onde o primeiro aluno é apanhado, até a última escola para onde se devam levar qualquer um deles.

12.11. As despesas com combustível utilizado nos veículos serão por conta do Contratado.

12.12. Conforme conveniência desta Administração e necessidade da Secretaria de Educação, o licitante selecionado ficará obrigado a transportar os alunos aos sábados letivos já previstos e outros que possam ser necessários, por motivos alheios a vontade da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

13. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS LOCADOS

13.1. Os veículos locados deverão ser substituídos por defeito de qualquer ordem, por outro similar, na hipótese de a manutenção corretiva, que correrá por conta da contratada

14. DAS DESPESAS E OUTRAS OBSERVAÇÕES

14.1. Deverão estar inclusos nos preços as taxas de serviços ou quaisquer outras que porventura incida sobre o contrato de locação de veículos;

14.2. O Credenciado selecionado deverá atender a todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.

14.3. As despesas com combustíveis, motoristas, encarregados, manutenção e conservação, dentre outras, dos veículos serão de responsabilidade do licitante selecionado.

14.4. À Prefeitura de Wenceslau Guimaraes/BA, é facultado o direito de a qualquer momento dispensar ou acrescentar veículos dentro dos limites estabelecidos pela lei de licitações e contratos, sem que para isso caiba qualquer reclamação, indenização ou pedido de reajustamento de preços, por parte do contratado.

14.5. A Prefeitura de Wenceslau Guimaraes/BA, não se responsabilizará pelo pagamento das horas/dias em que os veículos permanecerem parados, devido à inoperância dos mesmos, salvo se houver substituições desses, que não afetem a continuidade dos serviços.

14.6. O contratado deverá substituir imediatamente os veículos que não tenham condições de operação.

14.7. A Prefeitura de Wenceslau Guimaraes/BA, manterá permanente fiscalização, no que concerne ao fiel cumprimento de todas as condições estipuladas neste processo e no contrato.

14.8. A contratada deverá encaminhar, mensalmente, todos os comprovantes de impostos e guias de recolhimento para a fiscalização do município, a fim de comprovar que todas as obrigações estão sendo cumpridas fielmente.

15. DA REVISÃO/REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pelo Setor Jurídico do Município.

15.2. O reajuste poderá ser adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, a cada doze meses, utilizando -se como base o IGP -M (Índice Geral de Preços-Mercado), publicado pela Fundação Getúlio Vargas-FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, acumulado desde o mês de abertura das propostas até o mês do reajuste.

15.3. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 136, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/2021. 17.4. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Contratante, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

15.4. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, com base a alteração de valores dos combustíveis, o critério utilizado como parâmetros de preços médios serão os “Levantamento de Preços de Combustíveis (últimas semanas pesquisadas)” constante no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), devendo ser considerado os valores médios praticados no último levantamento próximo à data da solicitação do reequilíbrio pela contratada;

15.5. Os valores a serem considerados como preços médios para concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, serão os praticados no Município mais próximo ao Município de Wenceslau Guimarães/BA ou os valores de uma cotação de preços dentro do próprio Município, prevalecendo para servir de base para reajuste, os valores que forem menores.

16. EXECUÇÃO CONTRATUAL:

16.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato;
- b) Os serviços que tratam o presente documento deverão ser executados com zelo e destreza, e de acordo com as descrições e periodicidade constantes neste termo, e de acordo com o georreferenciamento que integra o presente processo;
- c) Os Serviços deverão ser de primeira qualidade, exercidos com zelo e dedicação no intuito de preservar a Administração Municipal e os alunos transportados;
- d) Deverão ser utilizados equipamentos de proteção adequados à natureza dos serviços. A prestação dos serviços deverá obedecer às rotas, conforme georreferenciamento.

16.2. Os profissionais indicados pela contratada deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas de cada serviço contratado, conforme consta neste Termo de Referência:

- a) Ser pontual;
- b) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, asseado(a), barbeado e com unhas aparadas;
- c) Manter cabelos cortados e/ou presos;
- d) Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da CONTRATANTE;
- e) Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- f) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- g) Cumprir as normas internas do órgão;
- h) Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- i) Zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE bem como o adequado transporte aos alunos;
- j) Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- k) Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes da CONTRATANTE para dirimir dúvidas a respeito do contrato, quando for o caso;
- l) Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- m) Manter atualizada a documentação necessária à execução do serviço;



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- n) Buscar orientação com seu preposto, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- o) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- p) Levar ao conhecimento do preposto, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- q) Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- r) Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da CONTRATANTE;
- s) Tratar a todos com urbanidade;
- t) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da FISCALIZAÇÃO;
- u) Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.
- v) Os veículos autorizados a transportar alunos são os mesmos que, em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro, têm especificações adequadas para transporte terrestre de passageiros, a exemplo de ônibus, vans e similares.
- w) Além disso, para a Assinatura do Contrato, deverá o contratado apresentar o Alvará do Veículo identificados mediante prefixo numerado de acordo com o alvará de autorização expedido pela Prefeitura, o qual deverá ser inscrito na sua parte externa, em local determinado pela Secretaria Municipal de Educação.
- x) Em hipótese alguma, será admitido utilização de caminhões ou caminhonetes (paus-de-arara) no transporte escolar do Município de Wenceslau Guimarães.
- y) O licitante deverá propor a(s) rota(s) que tem condição (ões) e veículo(s) disponível(is), para realizar o itinerário, podendo o mesmo veículo propor itinerários diferentes desde que haja compatibilidade de horários. O licitante somente será contratado para aquelas rotas que demonstrar capacidade técnica operacional.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será permitido a subcontratação de mais de 01 (um) veículo pela(s) licitante(s), ou seja, caso a Contratada necessite de mais um veículo para a prestação dos serviços em que foi declarada vencedora, deverá comprovar que os mesmos são de sua propriedade na documentação de Habilitação.

17.2. A Licitante que participar apenas de um item (linha) e o veículo não ser de sua propriedade, deverá apresentar na documentação de Habilitação:

17.2.1. Contrato(s) assinado(s) com os(as) proprietários(as) do(s) veículo(s) ou prova de vínculo entre a licitante e o proprietário do veículo, devendo estes contratos/prova de vínculo ser com assinaturas das partes com reconhecimento de firma em cartório, e acompanhado dos documentos de identificação do(a) proprietário(a) do veículo (RG, CPF, Comprovante de Residência). Obs.: somente quanto o veículo não for de propriedade da licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

17.2.2. Documento formal com o timbre da licitante solicitando a Autorização da Administração para a subcontratação do(s) veículos(s) e de condutor(es) que não são de seu quadro efetivo. Fica a critério da Administração a aceitabilidade da subcontratação, sendo que será da licitante a responsabilidade total pela execução dos serviços eventualmente contratados advindos do objeto deste Certame, bem como dos eventualmente executados por seus subcontratados. Obs.: somente quanto o(s) veículo não for de propriedade da licitante e/ou o(s) condutor(es) não pertencer(em) respectivamente ao patrimônio e quadro efetivo da licitante. A contratada poderá subcontratar apenas um veículo para a prestação dos serviços

17.3. Caso o condutor do (s) veículo(s) não seja o(a) próprio(a) Licitante, este deverá apresentar na documentação de Habilitação os seguintes documentos de comprovação de vínculo da licitante com o condutor:

17.3.1. Contrato(s) assinado(s) com os(as) condutor(es) e a licitante ou prova de vínculo entre o(s) mesmo(s), devendo estes contratos/prova de vínculo ser com assinaturas das partes com reconhecimento de firma em cartório, e acompanhado dos documentos de identificação (RG, CPF, Comprovante de Residência). Obs.: Caso o(s) condutor(es) seja(m) vinculado(s) ao(s) proprietário(s) de veículo(s) subcontratado(s) pela licitante, a licitante deve apresentar a documentação que comprove o vínculo entre as partes.

18. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

18.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

18.1.1. Deverá ser apresentada pela planilha de custos e formação de preços para cada rota/linha que for vencedora;

18.1.2. Deverá ser executada nas localidades descritas neste Termo de Referência, nos dias e horários indicados pela contratante, em estrita conformidade com o georreferenciamento;

18.1.3. A contratada deverá providenciar treinamento, caso necessário, para todos os seus profissionais, acerca da prestação dos serviços, nos termos das orientações da contratante.

18.1.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

18.1.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

18.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, caput).

18.1.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119).

19. DAS ESPECIFICIDADES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO

19.1. A clientela do serviço de transporte escolar consiste no quantitativo de alunos do Ensino Fundamental,



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

Creches, Pré-Escola, EJA e Mais Educação da Rede Municipal de Ensino no ano de 2024, bem como os alunos da Rede Estadual de Ensino, inseridos no escopo de Convênio firmado especificamente para este fim.

19.2. No presente caso, já foi concluído o Processo das Matrículas da Rede Pública Municipal e Estadual, bem como foram definidos os valores a ser repassado pelo Governo Federal para cobertura do Programa de Transporte Escolar de cada esfera de Governo, para o exercício de 2024 e seguintes, razão pela qual para a definição da quantidade de veículos necessários a satisfação das necessidades públicas de transporte de escolares, considerará os quantitativos de alunos divulgados pelo FNDE, para o exercício de 2024¹⁰, referente à Rede Municipal e Estadual de Ensino de Wenceslau Guimarães, para o transporte rural, conforme quadro:

TRANSPORTE RURAL		
MUNICIPAL	ESTADUAL	TOTAL
2116	577	2693

19.3. Além do transporte rural, o Município de Wenceslau Guimarães promove o transporte escolar urbano, visando o deslocamento dos alunos dos bairros periféricos para o centro da cidade e o seu retorno aos seus domicílios.

19.4. O Serviço de Transporte de Escolares será prestado mediante a execução de roteiros compostos pelas rotas/itinerários e condições previstas neste Termo de Referência.

19.5. Considera-se Rota, o itinerário a ser percorrido diariamente em estradas vicinais e em pavimentação asfáltica do território municipal e limites, iniciando-se na zona rural, chegando a Unidade Escolar e voltando para o ponto de partida, correspondendo a um item específico a ser disputado em licitação, nos Anexos I e II das Portarias Municipal nº 085, 01/02/2023 e nº 003/2019, 22/04/2019, que aprovou o detalhamento das rotas de Transporte Escolar a serem executadas no Município, em cumprimento a obrigação prevista no item 2 as Cláusula Primeira do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta Nº 04/2019 firmado junto ao Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República em Ilhéus.

19.6. As Rotas serão descritas em seus respectivos Setores que correspondem ao conjunto de rotas, restando todas identificadas e ilustradas nos Anexos I e II das Portarias Municipal nº 085, 01/02/2023 e nº 003/2019, 22/04/2019.

19.7. Os valores utilizados para a estimativa da Administração correspondem aos valores médios constantes da Planilha que consta deste Termo de Referência, feita por meio de Planilha de Composição dos Custos Unitários.

19.8. Os itinerários e a quantidade de quilômetros para cada rota são aqueles constantes deste Termo de Referência, devidamente revisados pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães, por meio de coordenadas geográficas, medidas do ponto de saída, paradas e chegada à sede municipal e o retorno para o ponto de partida, passando-se pelos mesmos pontos de paradas.

19.9. Para os fins de cálculo do valor anual, estima-se em 208 (duzentos e oito) dias o número de dias letivos totais por ano para execução dos serviços na rede municipal de ensino, sendo 200 (duzentos) dias de ano letivo regular e 08 (oito) dias para o período de recuperação. O período estimado a ser considerado para fins de proposta é 12

¹⁰ <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/consultas>



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

(doze) meses, observado o Calendário Escolar Anual (Anexo), expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

19.10. A quantidade de dias letivos é meramente estimativa, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados, podendo inclusive extrapolar o quantitativo de 208 (duzentos e oito) dias, visando o cumprimento das obrigações assumidas por meio de convênio junto ao Estado da Bahia, para atendimento ao transporte escolar para os alunos da rede estadual de ensino.

19.11. No ano de 2024, o serviço será tomado até o último dia fixado no Calendário Escolar para as Recuperações, sendo prorrogado a depender da necessidade da Administração, com fulcro no art. 107, da Lei nº 14.133/21, até o limite legal, realizando-se sempre a cotação prévia para aferição da vantajosidade da prorrogação.

19.12. Na fixação do valor médio por quilômetro a Secretaria Municipal de Educação considerou o tipo de veículo, o tipo de pavimentação das vias, observada as condições mínimas de trafegabilidade das estradas vicinais do Município de Wenceslau Guimarães, e a quantidade de quilômetros percorridos diariamente e anualmente.

19.13. Os valores máximos do quilometro (KM), para as linhas descritas obedecem aos valores médios obtidos pela Prefeitura segundo metodologia do item XIX. VALORES DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

19.14. Para fins de elaboração de Proposta de Preço deve-se entender:

- a) VAN PEQUENA - Veículos tipo Kombi e similares (capacidade mínima 10 passageiros)
- b) VAN MEDIA - Veículos do tipo Besta, Sprinter, Hyundai, Ducato e Similares (capacidade mínima 15 passageiros)

19.15. Os serviços poderão ser prestados no turno Matutino (Manhã), Vespertino (Tarde) e Noturno (Noite), conforme planilha constante deste Edital, que corresponde ao Detalhamento de Rotas, aprovado e publicado na forma das Portarias nº 085, de 01 de fevereiro de 2023 e nº 003/2019, 22 de abril de 2019.

20. DAS SANÇÕES

20.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

a) Advertência

a.1) a sanção prevista na letra a do subitem 20.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa

b.1) A sanção prevista na letra b do subitem 20.2, será calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Impedimento de licitar e contratar.

c.1) A sanção prevista na letra c do subitem 20.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

d.1) A sanção prevista na letra d do subitem 20.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida letra c do subitem 20.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) A sanção estabelecida na letra d do subitem 20.2, será precedida de análise jurídica

Wenceslau Guimarães/BA, 20 de agosto de 2024.

Marcos Antônio Bomfim Pereira
Secretário Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO II

MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO PESSOA JURIDICA

Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio,

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – Município de Wenceslau Guimaraes/BA

O interessado, abaixo qualificado, requer sua inscrição no credenciamento do Município de Wenceslau Guimaraes/BA, divulgado pelo município, objetivando a Contratação para execução de serviços do transporte escolar para atender à necessidade da Secretária de Educação do Município.

Credenciamento por item/linha, nos termos do CREDENCIAMENTO Nº 001/2024.

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL:

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CEP:

Telefones - Comercial:

Cel.:

E-mail:

Cidade/BA, xx de xxxxxxxxxxxx de 2024.

Representante Legal

Empresa

CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO III

MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO PESSOA FÍSICA

Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio,

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – Município de Wenceslau Guimaraes/BA

O interessado, abaixo qualificado, requer sua inscrição no credenciamento do Município de Wenceslau Guimaraes/BA, divulgado pelo município, objetivando a Contratação para execução de serviços do transporte escolar para atender à necessidade da Secretária de Educação do Município.

Credenciamento por item/linha, nos termos do CREDENCIAMENTO Nº 001/2024.

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL:

NOME:

CPF:

ENDEREÇO:

CEP:

Telefones – Comercial:

Cel.:

E-mail:

Cidade /BA, xx de xxxxxxxx de 2024.

NOME

CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS PESSOA JURIDICA

A

Prefeitura de Wenceslau Guimarães/BA

At.t.: Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
com sede na _____, neste ato representada por
_____, portador do RG _____ SSP/X, e inscrito
no CPF sob nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo de credenciamento em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação no credenciamento citado, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Cidade - BA, ____ de ____ de 2024.

Empresa
Representante Legal
CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS PESSOA FÍSICA

A

Prefeitura de Wenceslau Guimarães/BA

At.t.: Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio,

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

_____, portador da cédula de Identidade/RG nº _____,
SSP/XX inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente na
_____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo de credenciamento em pauta, sob as penas da Lei, que inexistem qualquer fato impeditivo à sua participação no credenciamento citado, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Cidade - BA, ____ de _____ de 2024.

NOME

CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÕES DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PESSOA JURIDICA

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
com sede na _____, neste ato representada por
_____, portador do RG _____ SSP/X, e inscrito
no CPF sob nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem requerer, através
do presente, o seu credenciamento para prestar serviço como . _____, conforme edital e
regulamento publicado por esta Prefeitura.

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- Realizará todas as atividades a que se propõe;
- Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- Se compromete a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

Junta ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento, devidamente assinada e rubricada.

Cidade - BA, _____ de _____ de 2024.

(Nome e assinatura do representante legal)

Carimbo da empresa com CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÕES DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PESSOA FISICA

_____, portador da cédula de Identidade/RG nº _____,
SSP/XX inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente na
_____, no uso de suas atribuições legais, vem
requerer, através do presente, o seu credenciamento para prestar serviço como . _____,
conforme edital e regulamento publicado por esta Prefeitura.

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- Realizará todas as atividades a que se propõe;
- Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- Se compromete a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

Junta ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento, devidamente assinada e rubricada.

Cidade - BA, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura

CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA – PESSOA JURÍDICA

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024.

Execução de serviços de transporte escolar do Município de Wenceslau Guimarães/BA

Empresa:

CNPJ.:

Endereço:

Telefone para contato

E-mail.:

Responsável legal:

Validade da proposta:

Valor diário R\$ (colocar também por extenso)

Valor previsto para xxxxx dias letivos: R\$ (colocar também por extenso)

Cidade - BA, _____ de _____ de 2024.

(Nome e assinatura do representante legal)

Carimbo da empresa com CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

ANEXO IX

MODELO DE PROPOSTA – PESSOA FISICA

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024.

Execução de serviços de transporte escolar do Município de Wenceslau Guimarães/BA

Nome:

CPF.:

Endereço:

Telefone para contato

E-mail.:

Validade da proposta:

Valor diário R\$ (colocar também por extenso)

Valor previsto para xxxxx dias letivos: R\$ (colocar também por extenso)

Cidade - BA, ____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura

CPF



MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº xxxx/2024

Editais de Credenciamento nº xxx/2024

O **MUNICÍPIO DE WENCESLAU GUIMARÃES**, pessoa jurídica de direito interno, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede administrativa na Rua Otaviano Santos Lisboa, Nº 135, Centro, WENCESLAU GUIMARÃES (BA), CEP _____, por seu Prefeito CARLOS ALBERTO LIOTERIO DOS SANTOS, [nacionalidade, estado civil], portador da Cédula de Identidade nº _____ [número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa/pessoa física ***** de direito privado, inscrita no CNPJ/CPF (MF) sob o nº _____, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo, nacionalidade, estado civil e profissão], portador da Cédula de Identidade nº ***** inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) nº _____, de acordo com a representação legal que lhe outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], com base no Edital de Credenciamento nº ***- 2024 e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento, instruído no Processo Administrativo nº ****- 2024, Credenciamento nº ***- 2024 mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto o credenciamento de Pessoas Jurídicas, Microempreendedor Individual (MEI) e Pessoa Físicas, para a prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da zona urbana e rural da Rede Pública Municipal de Ensino, a ser realizado com VANS, em estradas vicinais pavimentadas, não pavimentadas, inclusive, as de difícil acesso, de acordo com as ROTAS, referente ao exercício de 2024, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM	UNID. MEDIDA.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1						
2						
TOTAL						



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

1.2. A lavratura do presente instrumento decorre do Processo de Credenciamento nº ****/2024, decorrente do Processo Administrativo nº ***/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços deverão ser prestados, conforme prazos e condições constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Contrato terá vigência de até (***) meses, contados da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes de acordo com o art. 107 estabelecido na Lei, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 3.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 3.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 3.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 3.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 3.1.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1. As penalidades são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

7.1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

8.1. Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos artigos. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante do Município de Wenceslau Guimarães/BA.

10.2. Servidor Flávia Cristiane Barbosa da Silva Pires, nomeado pela portaria nº 047, de 15 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade: 0707 – Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2013 – Gestão do Serviço de Transporte Escolar – Educação Básica

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Pessoa Jurídica/3.3.90.36.00 – Outros Serviços Pessoa

Fontes: 15001001/15500000/15760000/15530000/15400000.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO:

14.1. O CONTRATANTE poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Cidade de WENCESLAU GUIMARÃES, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes da parte, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

WENCESLAU GUIMARÃES - BA, em [data].

MUNICÍPIO DE WENCESLAU GUIMARÃES

CARLOS ALBERTO LIOTÉRIO DOS SANTOS

Prefeito

CONTRATADA *****

Representante legal: *****

CI: ***** e CPF: *****

Instrumento de outorga de poderes: procuração/contrato social/estatuto social

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU GUIMARÃES

CNPJ nº 13.758.842/0001-59

Rua Otaviano Santos Lisboa, 135, Centro, Wenceslau Guimarães, Bahia

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____